

Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas

Publicação de uma vaga para o cargo de diretor da Direção MARE.B «Governança Internacional dos Oceanos e Pesca Sustentável» (m/f) (grau AD 14)

(Artigo 29.º, n.º 2, do Estatuto dos Funcionários)

COM/2023/10423

Quem somos

A DG Assuntos Marítimos e Pescas (DG MARE) visa desenvolver o potencial da economia marítima europeia e garantir uma pesca sustentável, um abastecimento estável de produtos do mar, mares saudáveis e comunidades costeiras prósperas, tanto para os europeus de hoje como para as gerações futuras. Para tal, elabora, desenvolve e aplica a política comum das pescas – a pedra angular da ação da UE para uma exploração sustentável dos recursos haliêuticos – e promove uma abordagem integrada de todas as políticas marítimas. A DG conta cerca de 380 efetivos, repartidos por 5 direções e 21 unidades.

A grande diversidade de responsabilidades cria um ambiente de trabalho interessante e estimulante. Os circuitos hierárquicos são curtos e os esforços envidados no trabalho traduzem-se em resultados tangíveis com impacto direto no terreno e nas partes interessadas.

A Direção B promove a política da UE em matéria de governação dos oceanos e pesca sustentável a nível internacional e trabalha para a adoção de medidas de conservação e de políticas de controlo ambiciosas nas organizações regionais de gestão das pescas. Tem como objetivo elaborar o programa para a governação dos oceanos, negociar e aplicar acordos internacionais e parcerias no domínio dos oceanos e celebrar e gerir acordos bilaterais de parceria em matéria de pesca sustentável com países terceiros. Apoia igualmente uma política comercial equilibrada e sustentável em matéria de recursos haliêuticos. A Direção também desenvolve e aplica a política da UE para prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN).

O que propomos

A DG MARE pretende recrutar um diretor para liderar a Direção MARE.B «Governança Internacional dos Oceanos e Pesca Sustentável». O diretor, sob a autoridade direta do diretor-geral adjunto e sob a orientação do diretor-geral, gerirá quatro unidades.

O diretor deverá definir, planificar e supervisionar a execução de todas as atividades pertinentes para a dimensão externa das políticas da DG MARE, nomeadamente:

- Coordenar a elaboração da política da UE em matéria de governação dos oceanos e pesca sustentável e a sua promoção junto das instâncias e organismos internacionais, como as Nações Unidas, a FAO e o Banco Mundial, bem como a nível bilateral, através de parcerias no domínio dos oceanos e de diálogos de alto nível;
- Orientar/representar a Comissão nas organizações regionais de gestão das pescas (ORGP) e nos convénios¹, bem como noutros organismos regionais de pesca em todos os oceanos;
- Coordenar as negociações e a gestão dos acordos de parceria no domínio da pesca sustentável

¹ Tal como definidos no Acordo das Nações Unidas sobre as populações de peixes.

(APPS) com os países terceiros, a fim de estabelecer um quadro transparente, altamente regulamentado e eficaz que dê acesso aos navios de pesca da UE fora das águas da União, e prestar apoio para reforçar a governação das pescas nos países terceiros e o desenvolvimento sustentável do seu setor das pescas;

- Contribuir para as negociações comerciais destinadas a promover os objetivos gerais da política comum das pescas e os produtos da pesca e da aquicultura;
- Coordenar a elaboração e a aplicação da política da UE destinada a prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN);
- Representar a Comissão em reuniões e negociações de alto nível com outras instituições, os Estados-Membros, as partes interessadas, bem como com países terceiros e organizações intergovernamentais nas instâncias internacionais competentes.

A Direção conta cerca de 75 efetivos no total e é responsável pela gestão do orçamento da DG MARE num montante de 177,2 milhões de EUR.

Perfil pretendido (critérios de seleção)

Os candidatos devem possuir:

Competências de gestão

- Um olhar estratégico e uma motivação manifesta para elaborar, apresentar, defender e aplicar uma visão global e para conceber novas políticas;
- Experiência de gestão comprovada e sólidas competências de liderança, capacidade para dirigir, motivar e responsabilizar grandes equipas multidisciplinares de pessoal altamente qualificado, para contribuir para a realização dos objetivos estratégicos da DG, definir objetivos e metas, estabelecer prioridades para as tarefas e assegurar a sua execução em estreita colaboração com a equipa de gestão da DG MARE;
- Excelentes competências analíticas, incluindo capacidade para resolver problemas organizacionais e operacionais, bem como discernimento e capacidade de decisão comprovadas;

Competências e experiência especializadas

- Vasta experiência na elaboração e na execução das políticas da UE, de preferência em domínios pertinentes para a política comum das pescas, a economia azul e a sua dimensão externa;
- Vasta experiência anterior em negociações internacionais;
- A compreensão das questões de sustentabilidade subjacentes à reforma da política comum das pescas constitui uma vantagem.

Qualidades pessoais

- Sólidas competências em matéria de relações interpessoais, comunicação e estabelecimento de redes de contactos;
- Capacidade para conduzir debates e representar a DG/Comissão de forma eficiente e eficaz na Comissão e perante as outras instituições, nomeadamente o Parlamento Europeu e o Conselho e, não menos importante, em relação a partes interessadas externas.

- Capacidade demonstrada para compreender e integrar diferentes pontos de vista e apresentar soluções inclusivas.

Condições de admissão (critérios de admissibilidade)

Só serão admitidos à fase de seleção os candidatos que, **até ao termo do prazo de candidatura**, cumprirem os critérios formais seguintes:

- Nacionalidade: os candidatos devem ser nacionais de um dos Estados-Membros da União Europeia.
- Título ou diploma universitário: os candidatos devem possuir:
 - habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a quatro anos;
 - ou habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, e experiência profissional pertinente de, pelo menos, um ano, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a três anos (este ano de experiência profissional não pode estar incluído na experiência profissional pós-licenciatura abaixo exigida).
- Experiência profissional: os candidatos devem possuir, pelo menos, 15 anos de experiência profissional pós-licenciatura² a um nível correspondente às qualificações acima mencionadas.
- Experiência de gestão: pelo menos cinco anos da experiência profissional pós-licenciatura devem ter sido adquiridos no desempenho de funções de gestão de alto nível³.
- Línguas: os candidatos devem possuir um excelente conhecimento de uma das línguas oficiais da União Europeia⁴ e um conhecimento satisfatório de outra dessas línguas. Durante a entrevista, o júri verificará se os candidatos cumprem o requisito de um conhecimento satisfatório de outra língua oficial da UE, pelo que parte da entrevista poderá decorrer nessa língua.
- Limite de idade: os candidatos não devem ter ainda atingido a idade normal da reforma, que, para os funcionários da União Europeia, corresponde ao último dia do mês em que atingem 66 anos de idade (ver artigo 52.º, alínea a), do Estatuto dos Funcionários⁵).

² Para poder ser considerada como tal, a experiência profissional tem de constituir uma verdadeira relação de trabalho, definida como real, genuína e remunerada, envolvendo uma atividade por conta de outrem (qualquer tipo de contrato) ou a prestação de um serviço. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente, tendo por base a percentagem certificada de horas de trabalho a tempo inteiro. São tomadas em consideração as licenças de maternidade, paternidade e adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho. Os doutoramentos são equiparados a uma experiência profissional, mesmo que não remunerada, embora por um período máximo de três anos, desde que o doutoramento tenha sido concluído com êxito. Cada período de tempo só conta uma vez.

³ No seu *curriculum vitae*, os candidatos devem indicar claramente, em relação a todos os anos em que adquiriram experiência de gestão, os elementos seguintes: 1) a designação e a natureza dos cargos de gestão exercidos, 2) o número de efetivos sob a sua responsabilidade no âmbito destas funções, 3) a dimensão dos orçamentos geridos, 4) o número de graus hierárquicos superiores e inferiores, e 5) o número de lugares de grau equiparável.

⁴ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01958R0001-20130701>

⁵ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:01962R0031-20140701>

Seleção e nomeação

O processo de seleção e nomeação realizar-se-á em conformidade com os procedimentos de seleção e recrutamento da Comissão Europeia (ver: Documento sobre a política relativa aos funcionários superiores⁶).

No âmbito do presente processo de seleção, a Comissão Europeia constitui um júri de pré-seleção. Este júri analisa todas as candidaturas, procede a uma primeira verificação da admissibilidade e, tendo em conta os critérios de seleção acima referidos, identifica os candidatos com o perfil mais adequado que poderão ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção.

Após as entrevistas, o júri de pré-seleção elabora as suas conclusões e propõe uma lista dos candidatos a convocar para outras entrevistas com o Comité Consultivo de Nomeações da Comissão Europeia (CCN). Tendo em conta as conclusões do júri de pré-seleção, o CCN decidirá dos candidatos a convocar para uma entrevista.

Os candidatos convocados para uma entrevista com o CCN passarão um dia completo num centro de avaliação gerido por consultores externos de recursos humanos. Tendo em conta os resultados da entrevista e o relatório do centro de avaliação, o CCN elabora uma lista restrita dos candidatos que considera aptos para exercer as funções em causa.

Os candidatos que figuram na lista restrita do CCN serão entrevistados pelos membros competentes da Comissão.

Na sequência dessas entrevistas, a Comissão Europeia adota a decisão de nomeação.

O candidato selecionado deve ter cumprido as obrigações impostas pela legislação respeitante ao serviço militar, oferecer as garantias de idoneidade moral requeridas para o exercício das suas funções e estar fisicamente apto para o efeito.

O candidato selecionado deve possuir um certificado de credenciação de segurança válido ou preencher as condições necessárias para o obter junto da respetiva autoridade nacional de segurança. A credenciação de segurança pessoal é uma decisão administrativa tomada após a conclusão de um inquérito de segurança efetuado pela autoridade nacional de segurança competente, em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares nacionais aplicáveis nesse domínio, que certifica que uma pessoa pode ser autorizada a aceder a informações classificadas até um determinado nível. (Note-se que o procedimento necessário para a obtenção de um certificado de credenciação de segurança só pode ser iniciado a pedido do empregador e não pelo candidato).

O candidato selecionado só poderá aceder a informações classificadas da UE (ICUE) de nível igual ou superior a CONFIDENTIEL UE/EU CONFIDENTIAL e participar em reuniões em que essas informações sejam abordadas uma vez emitido o certificado de credenciação de segurança pessoal pelo Estado-Membro em causa e concluído o processo de credenciação com as informações legalmente obrigatórias da Direção de Segurança da Comissão Europeia.

Igualdade de oportunidades

Em conformidade com o artigo 1.º-D do Estatuto dos Funcionários, a Comissão persegue o objetivo estratégico de alcançar a igualdade de género a todos os níveis de gestão até ao final do seu atual mandato e aplica uma política de igualdade de oportunidades, incentivando as candidaturas suscetíveis de contribuir para uma maior diversidade, igualdade de género e equilíbrio geográfico global.

⁶ https://commission.europa.eu/jobs-european-commission/job_opportunities/managers-european-commission_en (apenas disponível em inglês)

Condições de emprego

A remuneração e as condições de emprego são as estabelecidas no Estatuto dos Funcionários.

O candidato selecionado será recrutado como funcionário de grau AD 14. Será classificado no escalão 1 ou 2 desse grau, consoante a duração da sua experiência profissional anterior.

O candidato selecionado deve observar a exigência prevista no Estatuto que determina que todos os novos funcionários devem concluir com êxito um período de estágio de nove meses.

O local de trabalho é Bruxelas (Bélgica).

Independência e declaração de interesses

Antes de assumir funções, o candidato selecionado deverá apresentar uma declaração em que se comprometa a agir no interesse público e com independência, e mencionar quaisquer interesses suscetíveis de serem considerados prejudiciais para a sua independência.

Informações importantes para os candidatos

Recorda-se aos candidatos que os trabalhos dos júris são confidenciais. Nem os candidatos nem quaisquer outras pessoas em seu nome estão autorizados a contactar, direta ou indiretamente, os seus membros. Todos os pedidos de informação devem ser enviados para o secretariado do respetivo júri.

Proteção de dados pessoais

A Comissão Europeia assegura que os dados pessoais dos candidatos são tratados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho⁷. Estas disposições aplicam-se, em particular, à confidencialidade e à segurança dos dados.

Processo de candidatura

Antes de apresentarem a candidatura, os candidatos devem verificar cuidadosamente se cumprem todos os critérios de admissibilidade («Condições de admissão»), em particular no respeitante aos tipos de diplomas e à experiência profissional de alto nível, bem como às capacidades linguísticas exigidas. O não cumprimento de algum desses requisitos implica a exclusão automática do processo de seleção.

Caso pretenda candidatar-se, deve inscrever-se no sítio Web a seguir indicado e seguir as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://ec.europa.eu/dgs/human-resources/seniormanagementvacancies/>

⁷ Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

Os candidatos devem ter um endereço de correio eletrónico válido, que será utilizado para confirmar a sua inscrição, bem como para manter o contacto ao longo de todo o processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve ser informada de qualquer alteração desse endereço eletrónico.

Para completar a candidatura, os candidatos devem apresentar, por via eletrónica, um CV em formato PDF, de preferência utilizando o modelo do CV Europass⁸, e uma carta de motivação (com 8 000 caracteres, no máximo). Os CV e as cartas de motivação dos candidatos podem ser apresentados em qualquer uma das línguas oficiais da União Europeia.

É do interesse dos candidatos garantir a exatidão, a exaustividade e a veracidade dos dados constantes do respetivo processo de candidatura.

Uma vez terminado o processo de inscrição em linha, os candidatos receberão uma mensagem eletrónica a confirmar que a sua candidatura foi registada. **Se o candidato não receber uma mensagem eletrónica de confirmação, tal significa que a sua candidatura não foi registada.**

Os candidatos não poderão acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contactá-los-á diretamente para os informar a esse respeito.

As candidaturas enviadas por correio eletrónico não serão aceites. Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, os candidatos devem enviar uma mensagem de correio eletrónico para: HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu

Compete aos candidatos concluir a inscrição eletrónica dentro do prazo fixado. Recomenda-se vivamente que não esperem pelos últimos dias para apresentar a candidatura, pois uma saturação das linhas ou uma falha da ligação à Internet podem interromper a inscrição em linha antes da sua conclusão, obrigando a repetir todo o processo. Uma vez terminado o prazo de apresentação das candidaturas, deixa de ser possível introduzir quaisquer dados. Não serão aceites inscrições fora de prazo.

Data-limite

A data-limite para o registo das candidaturas é **1 de março de 2023, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas**, após o que as inscrições em linha deixarão de ser possíveis.

⁸ Para obter informações em linha sobre a elaboração de um CV Europass, consultar o seguinte endereço: <https://europa.eu/europass/pt/create-europass-cv>